



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

ATA

**236ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
- CNP -**

Brasília, 30 de Março de 2017

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Nacional de Previdência – CNP

ATA DA 236ª REUNIÃO ORDINÁRIA do CNP

DATA: 30 de Março de 2017

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Bloco F, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

SPPS - Benedito Adalberto Brunca

SPPS - Emanuel de Araújo Dantas

INSS - Leonardo de Melo Gadelha

MF - Jeferson Luis Bittencourt

MP - Amarildo Saldanha de Oliveira

IPEA – Rogério Nagamine Costanzi

SRFB – Daniel Belmiro Fontes

Representações dos Aposentados e Pensionistas

COBAP – Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAP – Andréa Angerami Correa da Silva Gato

SINTAPI/CUT - Gerson Maia de Carvalho

CSB – Lucio Antonio Bellentani

Representações dos Trabalhadores em Atividade

CONTAG – Evandro José Morello

Força Sindical - Antonio Cortez Moraes

UGT – Miguel Salaberry Filho

CNPA - João Junior Onuki Alves

CTB - Pascoal Carneiro

Representação dos Empregadores

CNI - Larissa Nascente Guimarães Leston

CNT – Ricardo de Saboya Rocha Miranda

CNC - Antônio Lisboa Cardoso

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNA – Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello

Convidados

Ubiramar Mendonça – DATAPREV

Edvaldo Duarte Barbosa - Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários – MF

André Maurício Trindade da Rocha - Chefe Adjunto de Unidade do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – Desig – Banco Central

Cláudia Donegá - Coordenadora de Projetos da Associação de Educação Financeira do Brasil

Hélio Zylberstajn - Professor Sênior/Universidade de São Paulo

Daniel Saboia Xavier - Coordenador-Geral de Grandes Devedores – PGFN

Ricardo Botelho – FEBRABAN

Sandra Gonçalves Lopes – SPREV/MF

Alessandro R. S. Ribeiro – INSS

Ponceano Vivas – ABBC

Álvaro Loureiro – ABBC

Alex Gonçalves – ABBC

Talita Lorena – ASCOM

Leandro de Paula Souza – FIESP

Weslei Rocha – CNM

Lester Ribeiro – ABBC

Karine Segurado – INSS

Carolina Fernandes dos Santos – CGEPR/SPREV

Ausências

MF - Henrique de Campos Meirelles

SPPC - Marcelo Abi-Ramia Caetano

INSS - Robinson Flávio Dias Nemeth

CONTAG - Engracia Viviane Rodrigues da Silva

CUT - Quintino Marques Severo

CNM - Sérgio Aureliano Machado da Silva

COBAP - Gildo Arquimínio de Carvalho

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Benedito Adalberto Brunca (SPPS) abriu a 236ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência – CNP, e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPPS) colocou para aprovação a Ata da 235ª Reunião Ordinária do CNP, realizada no dia 16 de fevereiro de 2017. Colocada em processo de votação, a citada Ata foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes.

III - ORDEM DO DIA

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPPS) socializou a pauta dos trabalhos, a qual está assim constituída: a) Crédito Consignado – Revisão do teto atual das taxas de juros; Apresentação: Edvaldo Duarte Barbosa, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários - MF e André Maurício Trindade da Rocha, Chefe Adjunto de Unidade do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – Desig – Banco Central; b) Educação Financeira para Aposentados de Baixa Renda; Apresentação: Cláudia Donegá, Coordenadora de Projetos da Associação de Educação Financeira do Brasil; c) Estudo sobre o Perfil dos Microempreendedores Individuais – MEI; Apresentação: Hélio Zylberstajn, Professor Sênior/Universidade de São Paulo, e d) Recuperação de Créditos: Cobrança da Dívida Ativa da União - Créditos Previdenciários, Apresentação: Daniel Saboia Xavier, Coordenador-Geral de Grandes Devedores – PGFN. Feita a socialização da pauta, e aprovada pelos membros desse Colendo Colegiado, o Sr. Presidente chamou o primeiro item de pauta, logo, “Crédito Consignado – Revisão do teto atual das taxas de juros”; o tema em destaque foi apresentado pelos senhores: Edvaldo Duarte Barbosa, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários – MF e, André Maurício Trindade da Rocha - Chefe Adjunto de Unidade do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – Desig – Banco Central. Inicialmente com a palavra, o Sr. Edvaldo Duarte

Barbosa (Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários – MF) falou sobre a Nota Técnica, a qual é conhecida na sua essência pela maioria dos conselheiros deste Pleno, bem como a atualização que vem sendo feita para tratar o assunto, seja em solicitações de ampliação dessa taxa, ou em solicitações de diminuição. Feitas essas considerações iniciais, ele discorreu em detalhes sobre o tema os seguintes aspectos: Os Juros dos Empréstimos Consignados x Selic; Taxa Máxima obrigatória: i) As operações de créditos mediante empréstimos consignados, para aposentados e pensionistas foram autorizadas pela Lei 10.820 de 17/12/2003, estabelecendo o limite de 30% do valor do benefício para os descontos consignados; ii) Em 15 de maio de 2006, foi publicada a Instrução Normativa nº 05/2006 do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a qual proibiu a cobrança da TAC bem como demais taxas administrativas que incidissem sobre as operações de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, de forma que a taxa de juros passasse a expressar o custo efetivo do empréstimo; iii) A partir do dia 1º de junho de 2006, com a publicação da Instrução Normativa nº 06/2006 do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no Diário Oficial da União, passou a vigorar também o teto de 2,9%, relativo às taxas praticadas nas operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas. Com isso, todas as instituições financeiras que concediam empréstimos consignados ficaram impedidas de operar com taxas de juros superiores a 2,9%, correspondente ao “custo efetivo total”. A seguir, o expositor também expôs sobre a Evolução da Taxa Máxima dos Empréstimos Consignados x Selic, ele disse que a partir de 2006, o Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS passou a recomendar o ajuste do valor máximo das taxas praticadas pelas instituições financeiras, com base, inicialmente, na mudança da taxa de juros básico do país (Selic), de forma proporcional à sua variação, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária – Copom. Em setembro 2008, com o início da crise econômica mundial, a Selic se encontrava em 13,75% e se manteve nesse valor até dezembro de 2008. A partir de janeiro 2009 o Copom passa a reduzir fortemente a Selic com o intuito de incentivar o consumo brasileiro, chegando a 8,75% e motivando a redução na taxa máxima de juros de 2,5% para 2,34%. Em 2010 a Selic volta a subir, atingindo 12,5% em julho de 2011, e passa a sofrer redução gradativa a partir de agosto de 2011 até março de 2013. Essa tendência de queda na Selic, a partir do pico de 12,5% atingido em julho de 2011, motivou a redução da taxa máxima de juros para 2,14%. Em abril de 2013 a Selic volta a crescer e atingiu 14,25% em julho de 2015, permanecendo nesse patamar até agosto de 2016.

Desde outubro de 2016 a fevereiro de 2017, a Selic tem apresentado tendência de queda, atingindo 12,25% em fevereiro de 2017. A taxa máxima de juros foi ajustada para 2,34% para alinhar-se ao pico máximo da Selic e atualmente deverá ser revista dada a atual Selic, com tendência de queda. Em seguida, ele mostrou o histórico da Selic, e evolução da taxa máxima dos empréstimos consignados no período de Jan/2006 a Fev/2017. Destacou que apesar das oscilações na Selic, verifica-se, claramente, de janeiro de 2006 o percentual de 17,25% a outubro de 2012, o percentual de 7,25%, ou seja, forte tendência de queda, no entanto, na maior parte desse período, de janeiro de 2008 a abril de 2012, a taxa máxima de cartão de crédito manteve-se praticamente no mesmo patamar de 3,5% e a taxa máxima de empréstimos consignados apresentou queda suave, passando de 2,5% de jan/2008 a set/2009 para 2,34% de out/2009 a abr/2012. Analisando o período intermediário, de maio de 2012 a junho de 2015, observa-se tendência de alta da Selic e taxas máximas de cartão de crédito e de empréstimos consignados estabilizadas em 3,06% e 2,14%, respectivamente, contudo, no período recente, de julho de 2015 a fevereiro de 2017, a Selic tem apresentado, novamente, tendência de queda, porém as taxas máximas de cartão de crédito, de 3,36%, e de empréstimos consignados, de 2,34%, ainda permanecem em patamares mais elevados que no período anterior, isto é, de 3,06% e 2,14%, respectivamente. Sobre os empréstimos averbados de 2015 e 2016, ele enfatizou que os anos de 2015 e 2016 apresentam um patamar muito próximo na contratação de empréstimos consignados, ainda que tenha havido aumento da taxa máxima de juros no final de 2015, o que mostra a importância dessa linha de empréstimo para os aposentados e pensionistas. Diante do quadro econômico atual, a redução da taxa máxima de juros é plenamente justificável e pode melhorar a contratação dessa linha de crédito por parte dos beneficiários. Por fim, ele explicou em pormenores a quantidade de operações de crédito, logo, empréstimo pessoal e cartão, realizadas por instituições financeiras com aposentados e pensionistas do INSS no período de Janeiro de 2015 a Dezembro de 2016. Concluída a sua apresentação, ele passou a palavra ao Sr. André Maurício Trindade da Rocha (Chefe Adjunto de Unidade do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – Desig – Banco Central) para complementação do tema em questão, de posse da palavra, ele falou do Consignado do INSS; da evolução da Carteira, isto é, da evolução do crédito consignado, no período de dezembro de 2011 a dezembro de 2016, e da Inadimplência do crédito consignado no período de junho de 2011 a junho de 2016; Taxas de

Concessão do Crédito Consignado da Selic Meta e da Selic Projetada que está assim definida: Focus 24/3, Dez/17 – 9,0% a.a. Dez/18 – 8,5% a.a.; Custo de Captação dos Bancos; taxa de captação; Cartão de Crédito Consignado: Evolução e Inadimplência; Dívida crescente com as taxas atuais, considerando que o tomador só pagaria a parcela consignada. Finalizando, ele destacou que atualmente, o comprometimento de renda não poderia ser superior a 1,46 no Cartão de Crédito Consignado. Na sequência, o conselheiro Walter Tadeu Pinto de Faria, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras disse que a FEBRABAN tinha uma breve apresentação acerca do tema, o qual seria exposto pelo Sr. Alex Gonçalves (ABBC), que de posse da palavra, o expositor agradeceu a oportunidade de poder falar nesse Conselho em nome da FEBRABAN e da ABBC. Ele disse que a exposição do tema em questão objetiva balizar a decisão do Conselho. Dito isso, ele iniciou a sua apresentação destacando: A Importância da última revisão do teto de taxa; o Incremento na concessão do Crédito Consignado INSS frente à queda das demais linhas de crédito para Pessoa Física; A Viabilidade econômica de cada operação de acordo com a Resolução 3.954; Risco de não realização de operações de valor mais baixo, prejudicando principalmente os aposentados de até dois salários mínimos, aproximadamente 80% da demanda; Teto da taxa não inibe concorrência, o atual teto de 2,34% não inibe a competição bancária; as Premissas dentro do contexto econômico, além disso, ele apresentou a proposta do crédito consignado, bem como do cartão consignado que está assim definida: 2,20% para a operação do Crédito Consignado, e 3,22% para operações de cartão de crédito. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente registrou duas considerações, quais sejam: Primeiro: O perfil do beneficiário não está mudando, o perfil do beneficiário que recebe até um salário mínimo, 68% do total ou até dois salários mínimos quase 80% do total, não mudou antes, não mudou agora, e não tem uma perspectiva de curto prazo de mudança, portanto não está sendo tomada a decisão por mudança do perfil da clientela interna do regime geral de Previdência Social. Um segundo aspecto, diz respeito ao custo de ticket médio total e ao mesmo tempo proporem uma elevação de número de contratos de seis para nove, quer dizer, se o custo do contrato tem essa impactação do ponto de vista da tomada do crédito, é um contrassenso a ABBC e a FEBRABAN pedirem aumento do número de contratos de seis contratos atualmente vigentes para nove, matéria essa que foi submetida ao INSS, e que posteriormente será objeto de apresentação na esfera desse Conselho. A seguir, o Sr. Presidente abriu a palavra para as considerações do Pleno.

Manifestaram-se os conselheiros: Marcos Barroso de Oliveira (COBAP); Antonio Cortez Morais (Força Sindical); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Rodrigo Hugueney do Amaral Mello (CNA); Pascoal Carneiro (CTB), no decorrer do debate foi abordado os seguintes aspectos: Custo fixo do contrato no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais); endividamento do aposentado e pensionista com o crédito consignado; ganância dos bancos e financeiros que cobram juros abusivos; a Crefisa não é filiada, e nem faz operação de crédito consignado; taxa Selic e sua evolução, ou seja, as alterações dos juros; ticket mínimo e o seu percentual correspondente; modalidade de contratação de empréstimo com seguro; custo de todo processo de captação de fornecimento e contratação do empréstimo, educação financeira, respeito das instituições patronais com as instituições dos trabalhadores. Concluído o debate, os representantes da FEBRABAN e ABBC esclareceram as dúvidas postas. Solicitou a palavra o Sr. Leonardo de Melo Gadelha (Presidente do INSS) que na oportunidade ele esclareceu que há uma variável macroeconômica, a qual se alterou muito ao longo desse processo, e o que impõe a fazer essa alteração é a inflação, haja vista o país estar em um processo inflacionário muito elevado, portanto é normal que o governo pratique taxas de juros também mais elevados para que segure mais um pouco esse processo. Outrossim, é preciso deixar claro que os juros cobrados abusivamente precisam de uma denúncia formal na Ouvidoria ou em qualquer um dos canais do INSS, ou ainda, em outros canais, por exemplo, o Ministério Público,. De forma contundente, ele disse que aquilo que ocorre fora de uma agência do INSS deixa de ser responsabilidade do INSS. Após debate, o Sr. Presidente colocou em processo de votação a matéria. Registre-se que foram duas propostas, quais sejam: Proposta 1: Proposta do governo: Taxa de 2,14% para empréstimo consignado e 3,06% para operações com cartão de crédito; Proposta 2: Proposta da FEBRABAN: 2,20% para a operação do Crédito Consignado, e 3,22% para operações de cartão de crédito. A proposta 1, ou seja, a proposta do governo foi a vencedora por unanimidade. Em seguida, solicitou a palavra, o conselheiro Miguel Salaberry Filho (UGT), momento em que registrou que apesar de não ter direito a voto e, sim, a voz, ele é favorável a proposta 1. Na sequência, o Sr. Presidente chamou o segundo item de pauta, logo, “Educação Financeira para Aposentados de Baixa Renda”. A matéria em destaque foi apresentada pela Sra. Cláudia Donegá (Coordenadora de Projetos da Associação de Educação Financeira do Brasil), que após saudar a todos deu por iniciada sua apresentação. Ela falou em detalhes sobre: A tecnologia social para o público adulto, em 2012, com base no

documento de Orientações e Diretrizes para a Educação Financeira de Adultos, o CONEF lançou para a recém-constituída AEF-Brasil, o desafio de: Desenvolver um programa nacional com foco na educação financeira dos adultos brasileiros, contudo esta demanda foi desafiadora por juntar: As dificuldades inerentes aos processos de mudança no comportamento das pessoas mais as características da população adulta brasileira, ou seja, a peculiaridade regional, a baixa escolaridade, incluindo milhões de analfabetos ou semianalfabetos, hábitos, comportamentos e crenças arraigados, e características culturais brasileiras e seus efeitos na relação com o dinheiro, trabalho, e direitos. Na continuidade, ela abordou sobre os públicos alvo e objetivo, considerando as complexidades mencionadas, foram definidos dois públicos-alvo prioritários altamente vulneráveis, quais sejam: i) Mulheres e homens aposentados com renda de até dois salários mínimos que tem como escopo a prevenção e redução da situação de superendividamento dos aposentados de baixa renda; ii) Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que visa ajudar as mulheres beneficiárias a gerir o orçamento da sua família, a fim de que possam realizar seus objetivos individuais e familiares, visto que atualmente no Brasil são 18,5 milhões de aposentados e 25 milhões de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Sobre a abordagem metodológica, ela disse que o caminho escolhido para o desenvolvimento das soluções de educação financeira foi a ciência e o design comportamental aplicados à políticas públicas. Em seguida, ela falou dos Ciclos de Desenvolvimento da Tecnologia Social do Programa de Educação Financeira para Adultos, os quais estão assim estabelecidos: Ciclo 1: Imersão no contexto dos beneficiários, desenvolvido no período de Novembro de 2013 a Fevereiro de 2014; Ciclo 2 Desenvolvimento das tecnologias sociais de educação financeira, desenvolvido no período de Junho de 2014 a Dezembro de 2015; Ciclo 3: Sistematização da tecnologia social de educação financeira, desenvolvido no período de Janeiro a Março de 2016; Ciclo 4 :Projeto Piloto e Avaliação de Impacto, desenvolvido no período de Abril de 2016 a Abril de 2017, e por fim, o Ciclo 5 que vai tratar da disseminação com cronograma previsto de Abril de 2017 a maio de 2018. A seguir, ela expôs todas as ações desenvolvidas nos citados ciclos, logo, pesquisa de campo; Desenvolvimento das Tecnologias Sociais: Para testar os protótipos desenvolvidos no ciclo 1 foram realizadas viagens para todas as regiões do Brasil, com o objetivo de conhecer a realidade dos públicos-alvo, bem como seus hábitos de consumo e a sua relação com o dinheiro. Foram elaborados e refinados vários protótipos com a participação de idosos, técnicos e gestores do Sistema de

Assistência Social e de organizações sociais que atuam com os dois públicos-alvo do projeto; oficinas para a sistematização das TS para aposentados com renda de até dois salários mínimos; Projeto Piloto e Avaliação de Impacto; Municípios para a implementação do Projeto Piloto para os dois públicos-alvo e da Avaliação de Impacto, Total de 21 municípios e Total de 07 Estados mais Distrito Federal, e Desafios e Contribuições. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente abriu a palavra para as considerações dos conselheiros. Manifestaram-se: Antonio Cortez Moraes (Força Sindical); Evandro José Morello (CONTAG); Miguel Salaberry Filho (UGT), Marcos Barroso de Oliveira (COBAP), Antonio Lisboa (CNC); Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT), e Walter Tadeu Pinto de Faria (CNF). Foram destaque no debate os seguintes assuntos: Necessidade de consumo para as coisas básicas, tais medicação, alimentação básica, impacto do crédito consignado na vida das pessoas, superendividamento; o que as entidades e representações podem fazer para integrarem ao Programa de Educação Financeira para Adultos; difundir pelo país essa apresentação para todas as representações e entidades com o objetivo de proporcionar melhor esclarecimento acerca do tema; atualmente 80% dos benefícios estão comprometidos com os empréstimos consignados. A conselheira Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) fez uso da palavra, momento em que saudou, e parabenizou a palestrante pelo trabalho apresentado. Em seguida, ela falou que no âmbito do seu sindicato e da cooperativa de crédito existente na sua entidade, tem sido feita uma abordagem a respeito da educação financeira, porém não nos moldes do que foi apresentado nessa oportunidade acerca do tema, porque não existe essa pulverização tão grande e essa capacidade de capilaridade, assim sendo, ela gostaria que sua entidade fizesse parte desse Programa, isto é, ser agente multiplicador do Projeto em questão, além disso, ela disse sentir-se incomodada com a perseguição que os bancos fazem as entidades sindicais, pedindo a desfiliação delas para que eles possam reinar absolutos nessa área. Por fim, ela solicitou que o INSS averiguasse como os dados sigilosos de uma pessoa estão com pessoas que a todo o momento ligam insistindo oferecendo crédito ou alguma outra linha de empréstimo. Em seguida, foi a vez do Sr. Walter Tadeu Pinto de Faria (CNF) fazer uso da palavra, oportunidade em que informou que além do projeto do CONEF, a FEBRABAN tem um instituto chamado AINF, instituto de educação financeira, e ele está implementando educação financeira nas escolas de nível médio em diversas cidades do país, o programa objetiva ir as escolas

para preparar os futuros aposentados a terem essa educação financeira. Em relação à observação feita por alguns conselheiros sobre os gerentes de bancos terem solicitados a desfiliação de sindicatos e/ou entidades para aumentar margem, ele disse já ter feito o registro para levar para a FEBRABAN e, assim, verificar quais ações podem ser tomadas nesse sentido. Após ouvir as manifestações dos conselheiros, a relatora da matéria esclareceu todas as dúvidas colocadas. A seguir, o Sr. Presidente chamou o próximo item de pauta, logo, “Estudo sobre o perfil dos microempreendedores individuais – MEI”. A matéria em destaque foi apresentada pelo Sr. Hélio Zylberstajn (Professor Sênior/Universidade de São Paulo), o qual agradeceu a oportunidade de se fazer presente nesse Colendo Colegiado. Antes de iniciar a sua apresentação, o relator falou de um estudo que foi recomendado a FIPE pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, sobre esse estudo, ele disse que gostaria de fazer dois registros iniciais, quais sejam: Primeiro cumprimentar a Secretaria de Políticas de Previdência Social por ter tomado a iniciativa de fazer um estudo sobre a inclusão previdenciária dos microempreendedores, o resultado desse estudo está sendo utilizado da melhor maneira possível e está sendo divulgado. Em seguida, ele falou do grupo de trabalho dos microempreendedores do qual participaram diversos Ministérios, instituições, e ONGs. Feitas essas considerações iniciais, o relator discorreu sobre o assunto. Inicialmente ele falou da Estrutura do MEI, que está assim organizada: a) Evolução do MEI e perfil dos potencialmente afetados (MEIP); b) Impactos da Lei do MEI no comportamento dos MEIP; c) Aspectos regionais, inadimplência e utilização do sistema de seguridade, e d) Roteiro exploratório para redesenhar política de inclusão previdenciária. Sobre a Evolução do MEI e perfil dos potencialmente afetados (MEIP), ele disse que a institucionalização do MEI trouxe facilidades burocráticas e tributárias inegáveis para a formalização de empresas de diversas atividades e, ainda, expressivo aumento do número de optantes pelo Simples Nacional em particular do MEI. Os micros empreendimentos são uma importante fonte de renda das famílias, e não apenas um complemento, são concentrados nas regiões mais dinâmicas, por exemplo, áreas urbanas do Sudeste e em 3 setores: comércio (42%), alimentação (10%), indústria (10%). Em sua maioria são chefes de família com idade em torno dos 42 anos. Está havendo uma transformação importante, aumento da escolaridade e crescimento da participação de mulheres. O PNAD: A expansão do programa gerou aumento relevante da proporção de contribuintes para a seguridade social entre os MEIP. Das variáveis macroeconômicas consideradas no

estudo, apenas o nível de atividade apresentou relação direta e importante com o número de trabalhadores formais dos quais os MEI constituem uma parcela. Em seguida, ele socializou o número de empreendedores e proporção de contribuintes, segundo o tamanho do empreendimento medido pelo número de empregados em mil unidades no período de 2005 a 2013; a Proporção de MEIs ativos em agosto de 2015, segundo a data de início das atividades Fevereiro/2010 a Agosto/2015; a Importância de cada variável na formação dos perfis; as características predominantes no perfil típico dos MEIP em 2005/2013. A seguir, apresentou em detalhes os Impactos do Programa MEI no comportamento dos MEIP, são eles: a) Os resultados encontrados com o uso da PME foram:. Há evidências de que o limite de faturamento imposto para o enquadramento no MEI limita o crescimento do faturamento das microempresas; b) Não há evidências de que o limite de faturamento imposto pelo MEI estimule o empreendedor a buscar outras ocupações ou à sua família abrir novas empresas; c) Não há evidências que permitam afirmar que o Programa MEI influenciou a relação entre variação de renda e a sobrevivência das empresas. Sobre os Aspectos regionais, inadimplência e utilização do sistema de seguridade, ele enfatizou que há maior inclusão de perfis mais vulneráveis, ou seja, negros e mulheres, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, essas mesmas regiões observaram grande mudança do perfil das mulheres empreendedoras, que tiveram um aumento substancial na escolaridade. Há alguma evidência de que parte dos optantes do MEI podem ter considerado algumas facilidades oferecidas como oportunidade para acessar os benefícios. Dados indicam que esse movimento parece ter sido particularmente significativo no caso do salário maternidade. Na sequência, ele abordou a questão do roteiro exploratório para redesenhar política de inclusão previdenciária, o qual foi assim definido: A partir dos resultados encontrados são sugeridas as seguintes diretrizes: 1. Revisão crítica da política de limites de faturamento como requisito para a participação no MEI; 2. Revisão crítica da política de acesso aos diferentes benefícios oferecidos pelo INSS; 3. Acrescentar dois critérios para a participação no MEI: tempo de contribuição e grau de formalização do empreendimento; 4. Nível de contribuição com crescimento marginal, e 5. Unificação de programas concorrentes, além disso, ele explicou em detalhes o escopo do tempo de contribuição e acesso de microempreendedores a benefícios de INSS, e grau de formalização; acesso de microempreendedores a benefícios do INSS, e alíquota de contribuição e acesso de microempreendedores a benefícios do INSS. Concluída a apresentação, foi aberta a

palavra para considerações do Pleno. O Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) após parabenizar o relator, disse que devido ao exposto no que tange ao grau de dificuldades em muitas informações no início para montar esse estudo, o que é uma pena ainda não ter as conclusões de tudo que foi apresentado, assim sendo, ele sugere que se buscasse formas de obter essas informações com mais celeridade, para que os estudos conclusivos facilitem a mudança de perfil e os incentivos propostos com esses estudos. Na continuidade, foi à vez do Sr. Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello (CNA) fazer uso da palavra, momento em que sugeriu uma proposta de encaminhamento em relação ao tema, a sugestão é que seja criado um Grupo de Trabalho no âmbito do CNP, objetivando debater e começar a trabalhar de uma forma pró ativa essa transição das propostas apresentadas. Solicitou a palavra, o Sr. João Junior Onuki Alves (CNPA) para fazer o seguinte pronunciamento: *“A imprensa tem noticiado que o governo federal tem feito estudos para diminuir a desoneração e entre esses estudos impactaria sobre o MEI, porque o recolhimento tributário é muito pequeno e o governo pelo menos é a notícia que eu tenho lido, o governo tem visto isso como uma diminuição da arrecadação por que abre mão no momento da desoneração, muito embora avaliação que o professor fez que é avaliação que é acertada, você está aumentando a formalização, você não está diminuindo arrecadação, se aumentou formalização de uma situação que estava irregular que não teria arrecadação devida porque teve um enforcamento ali do empreendedor e ele optaria ficar na irregularidade para sobreviver. Esse estudo que o professor tem apresentado existe um alinhamento com o próprio governo federal de que se essa desoneração vier não tem impacto sobre o MEI”*? Manifestaram-se ainda, os conselheiros: Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Pascoal Carneiro (CTB). Concluída as manifestações, o apresentador esclareceu as dúvidas colocadas. Na continuidade, o Sr. Presidente chamou o último item de pauta, logo, “Recuperação de Créditos: Cobrança da Dívida Ativa da União”. O tema em destaque foi apresentado pelo Sr. Daniel Saboia Xavier (Coordenador-Geral de Grandes Devedores – PGFN), este, após saudar os presentes disse que a PGFN acha importante prestar esse esclarecimento, principalmente por conta do que se divulga na imprensa e alguns furos, assim sendo, o objetivo dessa apresentação é esclarecer efetivamente como anda a recuperação de créditos da dívida ativa da União, especialmente a recuperação dos créditos previdenciários que por conta da lei 11.457 a partir de 2007, aplicada de fato a partir de 2008, passou da Secretaria da Receita Previdenciária para Secretaria da Receita Federal e houve a fusão das duas

Secretarias e no que se refere à dívida ativa foi assumida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Ele detalhou, na sequência: A evolução do estoque da dívida ativa previdenciária; A evolução da recuperação da dívida ativa previdenciária; O estoque dívida ativa previdenciária e devedores agregados por tipo de pessoa em 2016; O novo modelo de cobrança da dívida ativa da União, a qual está assim definida: Aferição do grau de recuperabilidade, quer dizer, classificação dos créditos; Redução massiva da quantidade de execuções em curso (RDCC); Pesquisa e análise patrimonial em larga escala (Big Data e Business Analytics); Investimento na produção de informações estratégicas (inteligência fiscal); Ajuizamento seletivo (Portaria MF), e Meios extrajudiciais de cobrança (Portaria MF). Continuando, apresentou em pormenores a Classificação dos créditos, do Estoque modelagem de dados e análise estatística; as estratégias diferenciadas de cobrança em razão do grau de recuperabilidade; o Fortalecimento da cobrança extrajudicial; o relatório de informações patrimoniais; a relação entre recuperação de crédito e atendimento às premissas do RDCC; Início da aplicação do Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos em abril de 2016. Ele também expôs sobre a atividade de inteligência fiscal LAB-PGFN; laboratório de tecnologia contra sonegação e lavagem de dinheiro, GOEFF-PGFN, e as operações especiais de combate à fraude fiscal estruturada; Coordenação-geral de grandes devedores, Análise de Vínculos. De acordo com GOEFF/LAB-PGFN houve Sonegação: 8 bilhões, e Indisponibilidades: 3,5 bilhões, e ainda, destacou o investimento geral, o retorno esperado com o novo modelo de cobrança da dívida ativa da União. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente abriu a palavra para intervenções do Pleno. Com a palavra, o conselheiro Miguel Salaberry Filho (UGT) foi enfático ao afirmar que o assunto em destaque para ele não foi esclarecedor, visto que, foram apresentados os instrumentos, contudo não foi apresentado o resultado. Em sua opinião, a dívida ela não é cobrada, os devedores não são relacionados, e a fraude continua. A seguir, o Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) após tecer considerações acerca do tema, ele sugeriu pautar para a próxima reunião um esclarecimento por parte do INSS sobre essa orientação à Procuradoria para fazer essas negociações e esses acordos reduzindo os ganhos desses beneficiários. Em seguida, foi a vez do Sr. Evandro José Morello (CONTAG) fazer a sua manifestação, na ocasião, ele contextualizou o sistema tributário brasileiro, o qual ele é feito para ser sonegado e é um processo que começa lá no legislativo. Em sua opinião, a legislação, ela é feita para dar condições de se sonegar e depois de dificultar todos os instrumentos possíveis para efetuar a cobrança,

por esse motivo, atualmente há uma revolta da sociedade, sobretudo, de quem hoje vive dos benefícios, ainda, se quer fazer um ajuste fiscal do Estado em cima de rescisões de direitos, assim sendo, os dados apresentados tem que dar uma transparência à sociedade brasileira, portanto urge achar caminhos para isso, na medida em que as informações fluem, e são socializadas. Os dados precisam ser disponibilizados, a fim de se fazer uma avaliação uma forma mais transparente, para que a sociedade possa debater e ajudar a encontrar caminhos para os próprios órgãos de estados. Manifestaram-se ainda sobre o tema *in loco*, os conselheiros: Antonio Lisboa (CNC), Antonio Cortez Moraes (Força Sindical); Rogério Nagamine Costanzi (IPEA). Foram abordados os seguintes pontos: Lista dos devedores da União; caixa preta dos débitos; lista de devedores; gestão do processo dos recursos; dificuldades em acessar determinadas bases de dados; criação de um grupo de trabalho e/ou estudo com o objetivo de ter dados minuciosos acerca da matéria; Prefeituras e Estados que tem dívida com previdenciária, seja porque não tem regime próprio, ou seja, por que parte dos cargos é vinculada ao regime geral. As argumentações pontuadas pelos conselheiros que fizeram uso da palavra foram esclarecidas pelo relator da matéria em questão. Em relação à lista dos deveres da União, o relator disse que ela se encontra na internet, diante do exposto, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPPS) disse que com o objetivo de facilitar aos conselheiros, a Secretaria do CNP vai coordenar a recepção desses arquivos e fazer sua distribuição.

IV – INFORMES

A Sra. Larissa Nascente Guimarães Leston (CNI) questionou se há previsão de quando vão ser publicadas as alterações da metodologia do FAP que foram aprovadas em novembro e dezembro de 2016. O Sr. Presidente respondeu que o processo saiu da PGFN no dia 29/03/2017 para a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, e segundo informações, o Sr. Leonardo Alvim deve assinar a Portaria nessa data, depois de assinada, ela será encaminhada à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda visando a sua publicação. A seguir, ele agradeceu a presença de todos. Eu queria agradecer a resistência e o debate e até a próxima reunião e muito obrigado. O Sr. Miguel Salaberry Filho (UGT) reiterou novamente a questão da recomposição desse Conselho, objetivando que os conselheiros suplentes tenham direito a voz e voto.

V – OUTROS ASSUNTOS

Data da 237ª Reunião Ordinária: 27/04/2017.

A pauta será definida a *posteriori*, e encaminhada a todos os membros do CNP.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 236ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência – CNP. Para constar, eu Benedito Adalberto Brunca (SPPS) lavrei a presente Ata. Brasília, 30 de Março de 2017.